

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Aos Diretores, Conselheiros e Instituidores do
Instituto Cidades Sustentáveis
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Cidades Sustentáveis ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Cidades Sustentáveis em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem finalidade de lucro.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto Cidades Sustentáveis, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto Cidades Sustentáveis ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto Cidades Sustentáveis;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto Cidades Sustentáveis;
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto Cidades Sustentáveis a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

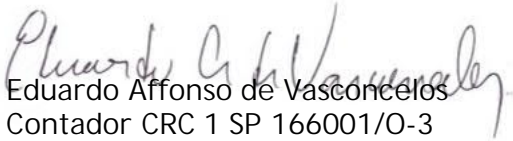


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de maio de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2018	2017		Nota explicativa	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.875.586	4.481.968	Fornecedores		1.536	390
Adiantamento funcionários		20.336	9.790	Obrigações sociais	7	176.289	154.238
Despesa antecipada		17.516	15.614	Obrigações tributárias	8	87.184	76.829
				Folhas a pagar		277.462	265.044
		<u>5.913.438</u>	<u>4.507.372</u>	Adiantamentos de projetos	9	2.326.240	180.509
				Alugueis a pagar		7.753	7.782
						<u>2.876.465</u>	<u>684.792</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Creditos e valores		59.868	-	Patrimônio social	10	3.911.311	4.497.082
Imobilizado	5	87.947	48.441	Deficit do período		(685.082)	(585.771)
intangível	6	41.441	40.290			<u>3.226.230</u>	<u>3.911.311</u>
		<u>129.388</u>	<u>88.731</u>				
Total do ativo		<u><u>6.102.695</u></u>	<u><u>4.596.103</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>6.102.695</u></u>	<u><u>4.596.103</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota explicativa	2018	2017
Receitas operacionais			
Recebimento de associados		-	150.000
Instituto Arapyau		1.600.000	1.600.000
OPEN SOCIETY		605.000	576.000
Fundação AVINA		-	430.014
Porticus		-	248.668
Fundação Ford		534.347	373.139
Outras receitas		914	62.972
Receita com Gratuidade	11	3.187	12.310
GEF		1.115.106	-
Van Leer		-	338.109
União Europeia		43.000	20.000
United Nations		208.968	-
Projeto Mobilidade e Clima para Cidades		8.990	-
		<u>4.119.512</u>	<u>3.811.212</u>
Despesas operacionais			
Pessoal		(3.703.214)	(3.508.942)
Administrativas		(636.802)	(613.490)
Representação		(194.321)	(186.313)
Eventos		(13.780)	(29.344)
Comunicação		(391.720)	(311.453)
Publicações		(33.921)	(99.528)
Despesas com imóvel e depreciações		(24.587)	(21.018)
Tributárias		(139.513)	(128.542)
Despesa com Gratuidade	11	(3.187)	(12.310)
		<u>(5.141.045)</u>	<u>(4.910.940)</u>
Resultado do exercício antes do resultado financeiro		<u>(1.021.533)</u>	<u>(1.099.728)</u>
Resultado financeiro líquido		336.451	513.957
Déficit do exercício		<u><u>(685.082)</u></u>	<u><u>(585.771)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Déficit do exercício	<u>(685.082)</u>	<u>(585.771)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(685.082)</u></u>	<u><u>(585.771)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrimônio social
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.497.082
Déficit do exercício	(585.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.911.311
Deficit do exercício	(685.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.226.229

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	2018	2017
Atividades operacionais		
Déficit do exercício	(685.082)	(585.771)
Depreciação e amortização	24.587	29.975
Baixa de marcas e patentes	-	48.910
Déficit ajustado	(660.495)	(506.886)
(Aumento)/redução de ativos		
Adiantamento de férias	(10.546)	3.760
Despesa antecipada	(1.902)	12.719
Outros créditos	-	39.630
Creditos e valores	(59.868)	-
Aumento/(redução) de passivos		
Fornecedores	1.146	(71.425)
Obrigações sociais	22.051	(2.352)
Obrigações tributárias	10.355	4.048
Provisões trabalhistas	12.418	22.836
Adiantamentos de projetos	2.145.731	(952.753)
Alugueis a pagar	(29)	353
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	1.458.861	(1.450.070)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado/(baixas)	(65.243)	(23.578)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(65.243)	(23.578)
Acréscimo líquido/(decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	1.393.618	(1.473.648)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.481.968	5.955.616
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.875.586	4.481.968
Acréscimo líquido/(decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	1.393.618	(1.473.648)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

Instituto Cidades Sustentáveis (“ICS”) é uma associação sem fins econômicos e com tempo de duração indeterminado. Possui sede e foro na Alameda Santos, 1787, conjunto 91 no bairro de Cerqueira César na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, cuja principal missão é mobilizar, sensibilizar e comprometer a sociedade e os governos locais para o desenvolvimento justo e sustentável das cidades, combatendo às desigualdades, promovendo os direitos humanos, participando socialmente, respeitando o meio ambiente e demonstrando transparência.

De 2007 a 2017 a razão social era Instituto São Paulo Sustentável, porém com o crescimento nacional da atuação do Programa Cidades Sustentáveis sentimos necessidade de alterar nossa razão social para Instituto Cidades Sustentáveis (“ICS”), a fim de que ela comporte nossos dois eixos de atuação Rede Nossa São Paulo e Programa Cidades Sustentáveis.

O ICS possui desde 2007 o reconhecimento de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (“OSCIP”) pelo Ministério da Justiça e é identificado como Entidade Promotora de Direitos Humanos, pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, sendo certificado atualmente até 18 de setembro de 2019.

O Instituto é isento do recolhimento do Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos. A renovação desta isenção é feita anualmente e a atual declaração possui vigência até 22 de abril de 2020.

O ICS tem duas linhas de atuação: a Rede Nossa São Paulo (RNSP) e o Programa Cidades Sustentáveis (PCS).

Os dois programas abordam o tema dos direitos humanos de maneira transversal em todas suas atividades. O Instituto entende que apesar do Brasil ser signatário de vários compromissos referentes aos Direitos Humanos é no dia-a-dia que se faz valer destes. Dessa maneira, o Instituto trabalha com vários atores e parcerias, fazendo incidência política, advocacy, construindo pontes entre setores como também fortalecendo e empoderando a sociedade civil para garantir o cumprimento de seus direitos. O Instituto acredita que política é um ato diário, e os representantes eleitos pela sociedade devem assegurar suas promessas políticas durante seus mandatos.

Sendo assim, o Instituto cria instrumentos de “accountability” (prestação de contas) e transparência para salvaguardar a verdadeira democracia representativa.

O Instituto trabalha de maneira apartidária para melhorar a qualidade de vida das pessoas, provendo insumos, capacitação técnica e instrumentos para melhorar a transparência e governança urbana, visando a elaboração de políticas públicas que promovam o desenvolvimento urbano sustentável via o reconhecimento dos direitos humanos como universal à autodeterminação dos povos e do homem, a democratização e a emancipação, do direito à existência e luta contra o racismo e todas as formas de discriminação racial e social, o Instituto atua de maneira transversal para:

- a) Mobilizar, sensibilizar e comprometer a sociedade e os governos locais para o desenvolvimento justo e sustentável das cidades, fundamentado pelo combate às desigualdades, pela promoção dos direitos humanos, pela participação social, bem como pelo respeito ao meio ambiente e pela transparência;
- b) Estimular o comprometimento dos governos municipais e a participação da sociedade com a agenda de desenvolvimento sustentável, por meio da construção de programas e políticas públicas e do controle social de sua implementação;
- c) Estimular a gestão pública e as organizações da sociedade civil a coletar dados e a criar indicadores e ferramentas para municiar ações de mobilização e criação de programas e políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável nas cidades e a relação entre as agendas locais e globais;
- d) Apoiar movimentos, iniciativas, projetos e programas que promovam o desenvolvimento sustentável, contemplando as dimensões política, econômica, social, ambiental e cultural nas cidades;
- e) Estimular e promover a implementação da agenda do desenvolvimento sustentável no município de São Paulo como referência para outras cidades;
- f) Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;
- g) Realizar estudos e pesquisas que digam respeito às atividades supramencionadas;
- h) Realizar e/ou apoiar diálogos, debates, palestras, conferências, seminários, feiras, congressos, encontros e eventos sobre desenvolvimento sustentável;

Nosso modelo de receita é composto por diferentes fontes de financiamento. Atualmente, nossos recursos proveem de fundações e empresas nacionais e internacionais. Não recebemos recursos de governos locais, para garantir nossa autonomia e independência no monitoramento das agendas temáticas e produções de parecer técnico das gestões municipais. Vale ressaltar que temos financiadores de longa data que renovam anualmente seu apoio financeiro.

Fundação FORD - 32xSP

Fruto de uma parceria entre a Agência Mural de Jornalismo das Periferias e a Rede Nossa São Paulo, com apoio da Fundação Ford, o 32xsp é um projeto de comunicação que retrata a capital paulista a partir das suas subprefeituras e revela suas desigualdades por meio de dados. Aproxima os paulistanos da sua região administrativa, dá voz aos moradores e também abre caminhos para a interação da sociedade civil com o poder local. O 32xSP acredita na informação como ferramenta de engajamento dos cidadãos no seu território e, por fim, na vida da cidade.

Fundação Bernard Van Leer

Com o apoio da Fundação Bernard Van Leer foi criado o Observatório e Mapa da Desigualdade da Primeira Infância, que faz um recorte dessa realidade ao reunir um conjunto de 28 indicadores municipais, relacionados a temas fundamentais para o bem-estar e qualidade de vida de crianças de zero a seis anos de idade - o período que compreende a chamada Primeira Infância.

Esses indicadores foram selecionados a partir da base do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) e estão associados aos eixos do Urban95, uma iniciativa da Fundação Bernard van Leer, e aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas.

Os indicadores contemplam áreas como educação, saúde, assistência social, meio ambiente e direitos humanos, entre outras, e foram aplicados na menor unidade administrativa da capital paulista - ou seja, em cada um de seus 96 distritos. Dessa forma, foi possível identificar as diferenças territoriais da cidade e calcular o fator de desigualdade entre os distritos, a partir da relação entre o melhor e o pior indicador.

Com isso, espera-se sensibilizar gestores públicos, lideranças, organizações e a sociedade em geral para aquilo que os indicadores revelam: a cidade precisa cuidar melhor de suas crianças.

O segundo ano do projeto, 2018-2019, foco no monitoramento do Plano Municipal da Primeira Infância e a capacitação do mesmo comitê, como também uma escuta de crianças nos territórios prioritários identificados pela prefeitura.

Instituto Clima e Sociedade

O projeto Coalizão Clima e Mobilidade financiado pelo Instituto Clima e Sociedade busca fortalecer o ecossistema de atores que já lideram o tema de mobilidade e clima na cidade de São Paulo para conectar o trabalho de produção de indicadores às metas e diretrizes municipais via os diversos planos vigentes na cidade.

A ideia é medir como os indicadores identificados validam ou não os avanços dos planos identificados. Sendo assim, o monitoramento apoiará o fortalecimento do marco regulatório do clima, conectando as políticas de mobilidade e planejamento urbano à agenda do clima, assim criando um espaço de controle social para as mudanças climáticas.

Fundação FORD - PCS

No âmbito do Programa Cidades Sustentáveis, o projeto tem como objetivo fortalecer e revitalizar ações que já acontecem em âmbito local e nacional no escopo do programa, entre elas: Elaboração e lançamento do Mapa das Desigualdades das capitais brasileiras, com recortes para a justiça racial e gênero; Atualização do Mapa da Desigualdade da Cidade de São Paulo; Edição do Prêmio Cidades Sustentáveis, com foco na redução das desigualdades - políticas públicas que apresentem resultados concretos na melhoria da qualidade de vida e na redução das desigualdades e Evento de premiação; Implantar o Sistema de Monitoramento dos ODS para os municípios signatários - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) e Referência de Metas Nacionais e Internacionais.

Instituto Arapyau

O projeto "Desenvolvimento Sustentável por meio de Participação Cidadã - por cidades justas, democráticas e sustentáveis" tem o objetivo de apoiar as ações do Programa Cidades Sustentáveis, para sensibilizar e mobilizar a sociedade civil e governos municipais para adotar comportamentos, ações, práticas e políticas visando promover a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável e justo nas cidades brasileiras, com especial ênfase na municipalização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O projeto conta com duas linhas de atuação: Fortalecimento do Programa Cidades Sustentáveis e Plataforma do Conhecimento Cidades Sustentáveis; e 5 objetivos específicos: Consolidar o PCS, ampliar o controle social por meio da aprovação da Lei das Metas, desenvolver o projeto da Plataforma do Conhecimento, Conteúdo da Plataforma do Conhecimento e desenvolver metodologia de planejamento integrado.

União Europeia

O projeto MobCidades - Mobilidade, Orçamento e Direitos visa fortalecer e fomentar a participação popular na gestão da mobilidade urbana, com foco na garantia do direito à cidade e ao transporte. Projeto financiado pela União Europeia e gerenciado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) em parceria com 10 organizações integrantes da Rede Social Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis.

Banco Mundial-Global Environmental Fund

O projeto “A promoção de cidades sustentáveis no Brasil” - planejamento urbano integrado e o investimento em tecnologias inovadoras é uma iniciativa multilateral que envolve o Programa Cidades Sustentáveis (PCS), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a prefeitura de Recife, o governo do Distrito Federal, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e a Agência Recife para Inovação e Estratégia (Aries), com o apoio do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). O projeto teve início em abril de 2018 e terá duração até 2022.

Este projeto se traduz em uma plataforma que tem como objetivo reunir e compilar tecnologias, ferramentas e metodologias em planejamento urbano integrado para gestores públicos municipais, conteúdos técnicos e teóricos, além de notícias e informações sobre sustentabilidade urbana.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos, dispostas, respectivamente, na NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pelas resoluções do CFC nº 1.255/09 e nº 1.285/10 e nº 1.319/10 e na NBC ITG 2002 - Entidades Sem Finalidade de Lucro, aprovada pela resolução do CFC nº 1.409/12.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

Os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado.

(b) Ativos financeiros e passivos financeiros

A Entidade possui instrumentos financeiros não-derivativos como caixa e equivalentes de caixa e contas a pagar.

A Entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do superávit e déficit quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do superávit e déficit quando adquiridos.

(c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto, as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, estão às avaliações de ativos financeiros pelos seus valores justos, assim como análise dos demais riscos na determinação das provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Por serem estimativas, é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis em relação às de mercado.

(e) Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação e eventuais perdas por ajuste ao valor de realização. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Estão sendo depreciados de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa 5.

A entidade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da entidade.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em Reais)

(f) Intangível

O intangível representa custo de marca adquirida junto a terceiros e direitos de uso de software, amortizados com base em vida útil estimada.

(g) Passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas em contrato ou legalmente até a data dos balanços.

(h) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Entidade goza de isenção de tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o resultado, por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	3.207	1.155
Bancos conta movimento	2	1
Aplicações financeiras	5.872.377	4.480.812
	<u>5.875.586</u>	<u>4.481.968</u>

5. Imobilizado

	Taxa anual depreciação (%)	2018			2017
		Custos	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	65.210	(40.261)	24.949	19.340
Instalações	10	6.411	(5.253)	1.158	1.618
Computadores e periféricos	20	125.665	(63.825)	61.840	27.483
		<u>197.286</u>	<u>(109.339)</u>	<u>87.947</u>	<u>48.441</u>

Movimentação do imobilizado - custo

	2017	Adições	Baixas	Transferência	2018
Móveis e utensílios	56.040	9.170	-	-	65.210
Instalações	6.411	-	-	-	6.411
Computadores e periféricos	77.390	48.275	-	-	125.665
	<u>139.841</u>	<u>57.445</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>197.286</u>

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em Reais)

6. Intangível

	Taxa anual amortização (%)	2018			2017
		Custos	Amortização	Residual	Residual
Marcas e patentes	10	60.215	(28.042)	32.173	35.587
Marcas e patentes (aguardando registro)	-	5.487	-	5.487	2.907
Software	20	9.352	(5.571)	3.781	1.796
		<u>75.054</u>	<u>(33.613)</u>	<u>41.441</u>	<u>40.290</u>

Movimentação do intangível - custo

	2017	Adições	Baixas	Transferência	2018
Marcas e patentes	60.733	4.969	-	-	65.702
Software	6.522	2.830	-	-	9.352
	<u>67.255</u>	<u>7.799</u>	-	-	<u>75.054</u>

7. Obrigações sociais

	2018	2017
INSS a recolher	60.134	55.024
FGTS a recolher	23.205	21.472
INSS a recolher terceiros	-	554
INSS s/ férias a recolher	70.753	58.755
FGTS s/ férias a recolher	22.197	18.433
	<u>176.289</u>	<u>154.238</u>

8. Obrigações tributárias

	2018	2017
IRRF a recolher	71.779	69.250
PIS a recolher	2.901	2.684
ISS a recolher	2.752	214
Contribuição Social s/ Receita	1.207	1.034
Outros impostos retidos a recolher	5.770	1.343
PIS s/ férias a recolher	2.775	2.304
	<u>87.184</u>	<u>76.829</u>

9. Adiantamento de projetos

	2018	2017
Fundação Ford	313.686	140.509
União Europeia	72.000	40.000
Global Environment Facility - GEF	1.874.544	-
ICS	66.010	-
	<u>2.326.240</u>	<u>180.509</u>

No exercício de 2018 o Instituto Cidades Sustentáveis firmou contratos de doação com a Fundação Ford, União Europeia, Global Environmental Fund e Instituto Clima e Sociedade, por períodos que avançam nos exercícios seguintes.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em Reais)

A receita será apropriada na medida em que o projeto for avançando e as ações forem sendo cumpridas.

10. Patrimônio social

Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência do instituto.

11. Trabalho voluntário

Conforme Resolução do CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento com uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade.

O montante desse serviço em 2018 corresponde a R\$ 3.186 registrado em contas de resultado específicas.

Jorge Luiz Numa Abrahão
CPF: 032.643.158-66
Diretor Presidente

Fernanda Natalino
CPF: 055.504.768-78
CRC 1SP144709/O-3
Contadora